

Capitalismo de araque

JOÃO MELLÃO NETO

"Todos os homens são plenamente capazes de defender em termos morais aquilo que lhes é proveitoso em termos econômicos"



Quando do início da Assembléia Nacional Constituinte, todos nós tínhamos uma certa facilidade em escolher o lado para o qual deveríamos torcer. Havia de um lado a multifacetada esquerda, cujos adeptos tinham em comum a vocação estatista, o pendor nacionalista, o discurso populista e a postura paternalista. No outro campo encontrava-se o Centrão, o qual, relevada a facção franciscana ("dar para receber"), defendia, via de regra, a economia de mercado, o racionalismo econômico, a livre empresa e a emancipação do empresário da secular tutela do Estado.

Agora ficou mais difícil. Bola no meio do campo, início do segundo tempo, o juiz apita e, para espanto geral, todos passam a chutar no sentido contrário ao anterior. Fosse realmente um jogo de futebol, não haveria nada a estranhar. Ocorre que se trata de uma Assembléia Constituinte, o que nos faz duvidar da real competência e idoneidade de nossos homens públicos.

Quando de Gaulle afirmou que o Brasil não era um país sério, pôde, de forma cabal, verificar a veracidade de seu raciocínio. A pândega era tanta que nem sequer sua afirmação foi levada a sério. Gabriel García Márquez, no seu discurso de recebimento do Prêmio Nobel de Literatura, afirmou, com conhecimento de causa, que este continente era regido pelo signo da Loucura e da Insensatez. Em termos de realismo fantástico, os parlamentares suecos cometeram uma grande injustiça. Disposições Transitórias é um tex-

to de muito maior profundidade do que Cem Anos de Solidão.

Eis que o Centrão, derradeiro santuário ecológico da racionalidade nacional, no último momento, decidiu cair no samba, ou, na expressão do filósofo Clodovil, resolveu "soltar as frangas". Com a anistia aos tomadores de empréstimo no período do Cruzado, superou, de longe, toda a criatividade inconsequente das esquerdas brasileiras, as quais, em matéria de calote, nunca foram além de uma tímida proposta de moratória da dívida externa.

Já que a iniciativa, infelizmente, é séria, cabem aqui algumas perguntas:

— Atolados em dívidas todos estão. Além dos desafortunados microempresários, órfãos do cruzado, encontram-se na mesma situação os mutuários da casa própria, os consorciados de veículos, os prestamistas do Mappin, o governo federal e a Nação brasileira. Não seria o caso, dentro do saudável princípio da isonomia, de cancelar também todas essas dívidas?

— Se aqueles que se endividaram no Cruzado vão ter as suas dívidas perdoadas, o que fazer com aqueles que já pagaram, com imenso sacrifício, as suas dívidas? E aqueles que, na ocasião, optaram por não contrair empréstimos, capitalizando suas empresas, a duras penas, com capital próprio? Não deveriam eles, por questão de justiça, ser também ressarcidos?

— A maioria dos endividados utilizou os recursos obtidos para aquisição de máquinas, equipamentos e outros bens, cujo valor, na maior parte dos casos, acompanhou a correção monetária. E justo que, com o cancelamento da dívida, esses bens lhes fiquem de graça?

— Os endividados alegam, como principal argumento, que foram ludibriados, em sua boa fé, com a promessa do governo de que a inflação, e por consequência, a correção monetária, haviam deixado de existir. Acreditando-se que sejam assim tão cré-

dulos, caso o governo revogasse, por decreto, a Lei da Gravidade, dispor-se-iam eles a saltar do Edifício Itália?

— O aval moral do lucro é o risco. Sem o ônus de um, não se justifica a existência do outro. Ninguém foi obrigado a tomar empréstimos durante o Cruzado. Tomou quem quis, atraído pelo dinheiro barato, apostando racionalmente na inflação zero e nos lucros que dela adviriam. Como a aposta falhou, querem dividir seus prejuízos. Pergunta-se: caso a aposta desse certo, estariam dispostos a, na recíproca, dividir também os lucros?

— Última e definitiva questão: cancelamento de dívida implica a necessidade de o governo arcar, a fundo perdido, com os custos. Se é o caso de o governo dar presentes a alguém, por uma questão de prioridade social, não seria o caso de começar pelos pobres, dando casa a quem não tem teto, comida a quem tem fome, terra a quem não a possui? Em que a lamúria dos empresários é mais comumente do que a dos milhões de miseráveis que subsistem no País?

Ao aprovar o perdão das dívidas, o Centrão causa ao País um mal muito maior do que o simples encargo econômico advindo da medida. Acaba de institucionalizar, por via legislativa, a falência do capitalismo em nossa sociedade. Que não se queixem depois, quando as esquerdas incitarem a invasão de terras, a expropriação das indústrias e a estatização de todos os meios de produção. Quando nós, oportunisticamente, abrimos mão de nossos princípios, criamos o precedente para que nossos adversários os desprezem também.

O pior negócio que se pode fazer na vida é vender a própria honra. Além de ela valer muito pouco para os outros, ao abrímos mão dela ficamos, todos, terrivelmente e irremediavelmente pobres...